



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CERRO LARGO/RS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS: PORTUGUÊS E ESPANHOL -
LICENCIATURA

YASMIN SCHREINER HEINZMANN

JORNAL “O CERRO LARGO”: EFEITOS DE SENTIDO
NA/DA/SOBRE A DITADURA MILITAR

Cerro Largo

2019

YASMIN SCHREINER HEINZMANN

**JORNAL “O CERRO LARGO”: EFEITOS DE SENTIDO
NA/DA/SOBRE A DITADURA MILITAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras Português/Espanhol da Universidade Federal da Fronteira Sul *Campus* Cerro Largo/RS, como requisito para a obtenção do título de licenciada em Letras Português e Espanhol.

Orientador(a): Profa. Dra. Caroline Mallmann Schneiders

Cerro Largo

2019

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Heinzmann, Yasmin Schreiner
JORNAL "O CERRO LARGO": EFEITOS DE SENTIDO
NA/DA/SOBRE A DITADURA MILITAR / Yasmin Schreiner
Heinzmann. -- 2019.
52 f.

Orientadora: Doutora Caroline Mallmann Schneiders.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Letras-Português e Espanhol-Licenciatura, Cerro Largo,
RS , 2019.

1. Discurso. 2. Sujeito. 3. Ideologia. 4. Aparelhos
Ideológicos do Estado . I. Schneiders, Caroline
Mallmann, orient. II. Universidade Federal da Fronteira
Sul. III. Título.

YASMIN SCHREINER HEINZMANN

JORNAL "O CERRO LARGO": EFEITOS DE SENTIDO NA/DA/SOBRE A
DITADURA MILITAR

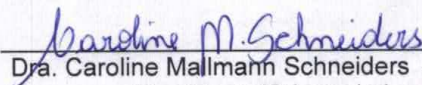
Trabalho de conclusão do curso de
graduação apresentado como requisito para
obtenção do grau de Licenciado em Letras:
Português e Espanhol da Universidade
Federal da Fronteira Sul.

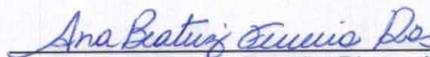
Orientadora: Dra. Caroline Mallmann
Schneiders

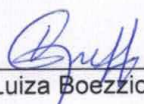
Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

16 / 10 / 19

BANCA EXAMINADORA


Dra. Caroline Mallmann Schneiders – UFFS
(Presidente/Orientador)


Dra. Ana Beatriz Ferreira Dias – UFFS


Ms. Luiza Boezzio Greff – UFFS

AGRADECIMENTO

Agradeço, primeiramente, a Deus, por sempre direcionar meus caminhos e passos, à minha orientadora, Professora Dra. Caroline Mallmann Schneiders, por todos os conhecimentos compartilhados e pelas orientações, as quais tornaram possível a concretização deste trabalho, e ao Rafael Treib, pela disponibilização de exemplares do jornal “O Cerro Largo”.

Sou grata, igualmente, à minha família e a todos que estiveram presentes ao longo de minha caminhada acadêmica, dando-me apoio e incentivo.

RESUMO

Nossa pesquisa objetiva lançar gestos de interpretação sobre a circulação dos discursos e sobre o processo de produção de efeitos de sentidos na/da/sobre a ditadura militar brasileira, tomando como objeto de análise o Jornal “O Cerro Largo”. O arquivo de pesquisa é, para tanto, constituído pelo referido jornal, o qual circulou entre os anos de 1957 a 1967 no município de Cerro Largo/RS, sendo que, como *corpus*, selecionamos recortes discursivos dos jornais que compreendem os anos de 1964 a 1967, tendo em vista o período histórico em foco. O critério de escolha dos recortes foi temporal, visto que foram selecionados recortes que apresentam os primeiros dizeres sobre o período da ditadura e também recortes que compreendem anos posteriores ao início do período, observando, deste modo, regularidades discursivas no discurso em análise, por meio das quais se pode compreender a repetibilidade e/ou deslize dos dizeres e sentidos. Essa pesquisa ancora-se nos pressupostos teóricos e metodológicos da Análise de Discurso pecheuxtiana, sendo constituída pelas noções de discurso, sujeito, ideologia, memória e Aparelhos Ideológicos do Estado. Buscamos observar como é construída a imagem do “ser brasileiro” no regime militar, destacando categorias e referentes que nomeiam quem era, ou não, “brasileiro” à época, bem como a construção do “nós” nesse discurso, vinculado aos que apoiaram o regime e aos contrários, considerados como subversivos. Compreendemos, para tanto, que, ao se reportar à época da ditadura militar brasileira, a pesquisa permite entender como as práticas sociais são afetadas pelos discursos, ou seja, como os discursos que circularam no período do regime militar, no jornal “O Cerro Largo”, institucionalizaram sentidos no/do/sobre tal período, que ressoam até os dias de hoje.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso. Sujeito. Ideologia. Aparelhos Ideológicos do Estado.

RESUMEN

Nuestra investigación objetiva lanzar gestos de interpretación sobre la circulación de discursos y sobre el proceso de producción de efectos de sentido en la/da/sobre la dictadura militar brasileña, tomando como objeto de análisis el periódico "O Cerro Largo". Con este fin, el archivo de investigación está compuesto por el referido periódico, que circuló entre 1957 y 1967 en el municipio de Cerro Largo/RS, siendo que, como *corpus*, seleccionamos recortes discursivos de los periódicos de 1964 a 1967, llevando en consideración el período histórico en foco. El criterio para elegir los recortes fue temporal, ya que seleccionamos recortes que presentan los primeros dichos sobre el período de la dictadura y también recortes que comprenden años posteriores al comienzo del período, observando así regularidades discursivas en el discurso bajo análisis, por medio de las cuales uno puede entender la repetibilidad y /o deslizamiento de los dichos y sentidos. Esta investigación está anclada en los presupuestos teóricos y metodológicos del Análisis del Discurso Pecheuxtiano, siendo constituida por las nociones de discurso, sujeto, ideología, memoria y Aparatos Ideológicos del Estado. Buscamos observar cómo se construye la imagen de "ser brasileño" en el régimen militar, destacando categorías y referentes que nombran quién era o no "brasileño" en ese período, así como la construcción del "nosotros" en ese discurso, vinculado a quienes apoyaron el régimen y los contrarios, considerados subversivos. Con este fin, entendemos que, al referirnos a la época de la dictadura militar brasileña, la investigación nos permite comprender cómo las prácticas sociales se ven afectadas por los discursos, es decir, como los discursos que circulaban en el período del régimen militar, en el periódico "O Cerro Largo", institucionalizaron sentidos en /do / sobre ese período, que resuenan hasta nuestros días.

PALABRAS-CLAVE: Discurso. Sujeto. Ideología. Aparatos Ideológicos del Estado.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 DISCURSO: RELAÇÕES ENTRE LÍNGUA, SUJEITO E IDEOLOGIA	13
2.1 EFEITO DISCURSIVO NO/DO JORNAL	20
2.2 DISCURSO E HISTORICIDADE.....	23
3 MOBILIZAÇÃO DO <i>CORPUS</i> DE PESQUISA	29
3.1 “BRASILEIROS, POVO E A REVOLUÇÃO: SENTIDOS EM CIRCULAÇÃO” ...	36
3.2 A NOMEAÇÃO DO CONTRÁRIO: GESTOS INTERPRETATIVOS.....	46
4 CONCLUSÃO	51
REFERÊNCIAS	52

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Reportagem do bloco um: Brasileiros!	31
Figura 2 - Reportagem do bloco um: O Povo e a Revolução	32
Figura 3 - Reportagem do bloco um: O Povo e a Revolução (continuação)	33
Figura 4 - Reportagem do bloco dois: Notas Militares.....	34
Figura 5 - Reportagem do bloco dois: Notas Militares (continuação)	35

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Grade Referencial: Nomeações e Designações.....	45
--	----

1 INTRODUÇÃO

A ditadura militar brasileira foi um período marcado, principalmente, pela repressão. Nesse período conturbado de nossa história, houve a construção e a articulação de um conjunto de ações inconstitucionais, que tinham por objetivo fortalecer e consolidar esse regime em nosso país. Dentre as ações arquitetadas pelo Estado, podemos citar: a violação de direitos civis, a censura dos meios de comunicação, a cassação de mandatos e a suspensão de direitos políticos, além de fortes restrições a movimentos artísticos, sociais e de oposição.

Buscava-se, com essas medidas, a centralização de poderes nas mãos dos militares e aqueles que se “atrevessem” a se revoltar contra o sistema eram punidos, muitas vezes, através de métodos violentos, como a tortura e os assassinatos. Assim, com os militares instalados no poder, iniciava-se a temporada de punições e de violências praticadas pela Estado Brasileiro. A montagem de uma estrutura de vigilância e repressão, objetivando recolher informações e afastar do território nacional todos aqueles considerados “subversivos” dentro da ótica do regime militar, bem como a decretação de Atos Institucionais, estiveram presentes desde os primeiros meses do regime (SANTOS; ARAUJO; SILVA, 2013).

Desse modo, levando em consideração o contexto sócio-histórico e ideológico do regime militar, a presente pesquisa visa a lançar um olhar analítico sobre a circulação do discurso *na/da/sobre* a ditadura na região das Missões do Rio Grande do Sul (RS), em especial, no município de Cerro Largo. Interessa-nos compreender, portanto, os efeitos de sentidos produzidos pelos discursos que circularam à época nessa região.

Para tal compreensão, constituímos um arquivo de pesquisa, composto pelo jornal “O Cerro Largo”, dos anos de 1964 a 1967, o qual nos permitirá entender tanto a circulação desse discurso *na/da/sobre* a ditadura, quanto o processo de produção de efeitos de sentido nesse meio impresso. Tendo em vista tal objeto de estudo, mobilizamos nosso *corpus* de análise, o qual é composto por recortes discursivos retirados de reportagens do referido jornal.

Ancoramo-nos, para entender o processo discursivo, nos pressupostos teóricos e metodológicos da Análise de Discurso de linha francesa, tendo por base

os trabalhos de Orlandi (2012; 2015), Pêcheux (2014), Courtine (2009), Ferreira (2003), Indursky (2003), articulando com as noções de AIE (Aparelho Ideológico do Estado) e ARE (Aparelho Repressivo do Estado), tal como nos propõe Althusser (1980).

Nosso estudo mobiliza o jornal entendendo-o enquanto uma materialidade discursiva, constituído por uma historicidade que produz efeitos de sentido. Consideramos que, por ser uma mídia impressa, ele pode funcionar como um Aparelho Ideológico do Estado (AIE imprensa), determinando o que pode (ou não) ser dito, ou ainda, aquilo que deve (ou não) ser dito, segundo relações de poder bem estabelecidas.

Dessa maneira, a presente pesquisa, ao se reportar à época da ditadura militar brasileira, permite entender como as práticas sociais são afetadas pelos discursos, ou seja, como os discursos que circularam no período do regime militar, a partir do jornal “O Cerro Largo”, institucionalizaram sentidos no/do/sobre tal período. Com essa reflexão, podemos compreender que o discurso, o qual tem como base a língua, é determinado pela história e pela ideologia, produzindo efeitos de sentido que ressoam até nossos dias, através do funcionamento da memória discursiva.

2 DISCURSO: RELAÇÕES ENTRE LÍNGUA, SUJEITO E IDEOLOGIA

Nossa pesquisa visa lançar gestos de interpretação sobre a circulação do discurso na/da/sobre a ditadura militar e sobre o seu processo de produção de efeitos de sentido, tomando como objeto de análise o Jornal “O Cerro Largo”. Assim, objetivando lançar um olhar analítico sobre esse discurso, nosso constructo teórico constitui-se por algumas noções essenciais, como a noção de discurso, sujeito, ideologia, memória discursiva e formação discursiva, dentre outras que nos são fundamentais.

Partimos, portanto, da noção de discurso, visto ser o objeto de estudo da perspectiva a qual nos filiamos, a Análise de Discurso (AD) pecheuxiana. Para a AD, o discurso é definido como efeitos de sentido entre locutores, e constitui-se como um objeto linguístico e histórico, o qual põe em relação sujeitos e sentidos, situados na língua e na história. Orlandi (2015), em relação a esse conceito, compreende que:

A noção de discurso, em sua definição, distancia-se do modo como o esquema elementar de comunicação dispõe seus elementos [...] emissor, receptor, código, referente e mensagem [...] Para a Análise de Discurso, não se trata apenas de transmissão de informação, nem há essa linearidade na disposição dos elementos da comunicação, como se a mensagem resultasse de um processo assim serializado [...] Desse modo, diremos que não se trata de transmissão de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente produção de informação. São processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade etc. (p.19).

O discurso é, desse modo, produção de efeitos de sentido e não uma simples (re)produção e transmissão de informações, tal como se fosse um processo serializado. Entendemos não ser apenas como uma “transmissão de informações”, pois buscamos explicitar o seu funcionamento, a partir do qual podemos observar suas regularidades e, também, a possibilidade de deslize dos dizeres, em um jogo constante entre paráfrase e polissemia.

É necessária, para tanto, esta passagem, como nos propõe Orlandi (2012), da noção de “função” para a de “funcionamento”, visto que nos interessa compreender como esses discursos nos/dos jornais circularam, e, situados em condições de produção específicas, autorizaram determinados sentidos e

silenciaram outros, no jogo das relações de poder.

Ao observarmos o funcionamento do discurso, na produção de sentidos, devemos nos atentar para sua relação com a língua, visto que essa constitui-se como sua forma material. Indursky (2013, p. 26), em relação a isso, destaca-nos que o discurso “manifesta-se materialmente através de textos que são expressos em língua natural. Analisando sua base linguística é possível verificar seu funcionamento linguístico e discursivo”. Portanto, a língua é a existência material do discurso, e é por meio dela que podemos observar tanto seu funcionamento linguístico quanto discursivo.

Entretanto, na perspectiva da qual partimos, a noção de língua não se vincula à ideia de código, sistema, tal como nos propõem os estudos saussaurianos, mas como ordem significante, que se relaciona à história e ao sujeito para a produção de sentidos. Ela é compreendida, assim, como material significante e, por não se configurar como uma estrutura fechada/isolada, é sempre passível de jogo, rupturas, deslizos, tal como nos propõe Ferreira (2003):

A língua na Análise do Discurso é tomada em sua forma material enquanto ordem significante capaz de equívoco, de deslize, de falha, ou seja, enquanto sistema sintático intrinsecamente passível de jogo que comporta a inscrição dos efeitos lingüísticos materiais na história para produzir sentidos (p.196).

Por um viés discursivo, compreendemos, além da característica de incompletude da língua (sujeita à falhas, deslizos, rupturas), sua característica de ser opaca. Orlandi (2012, p.21), afirma que tal opacidade indica “a presença do político, do simbólico, do ideológico, o próprio fato do funcionamento da linguagem: a inscrição da língua na história para que ela signifique”. Dessa maneira, pensar a língua implica refletir sobre sua não transparência, sobre a não evidência dos sentidos, como se existisse um sentido “pronto”, “único”, “final”, a ser interpretado.

Tendo em vista isso, é interessante destacarmos que a língua, sozinha, não significa, mas possui uma historicidade que lhe é constitutiva e que permite a produção de sentidos no/pelos discursos. A noção de historicidade está relacionada, como nos destaca Orlandi (2004), com a noção de história, sendo que a historicidade constitui-se com a inscrição da história na língua, para que esta signifique. Entretanto, não se pensa, segundo a autora, história e historicidade como sinônimos, considera-se que há “uma ligação entre a história lá fora e a

historicidade do texto (a trama de sentidos nele), porém ela não é nem automática e nem direta” (ibid., p. 55).

O discurso é, desse modo, constituído pela língua, que, possuindo uma exterioridade constitutiva, significa. Porém, é necessário destacar que, dadas as condições de produção, iremos observar também a relação entre exterioridade e a possibilidade do (não) dizer. Schneiders compreende que:

A relação da produção discursiva com a exterioridade torna-se essencial devido ao fato de que de nos permitir observar o que pode e deve, ou não, ser dito em certas condições de produção. Isso nos leva a considerar que as condições de produção também se configuram como essenciais tanto para definir o modo como se entende determinado domínio de saber quanto para delimitar o que quer que se recorte, para ser colocado em circulação e divulgação (2014, p. 29).

É essa relação que podemos identificar no discurso do/no jornal “O Cerro Largo” a respeito da ditadura, há uma exterioridade constitutiva, a qual irá determinar o que pode e deve, ou não, ser dito, seguindo a regulamentação do Estado. As condições de produção irão determinar a circulação de sentidos “x” e sentidos “y”, conforme quem governava, ou seja, de acordo com a ideologia dominante.

Tendo em vista essa relação: discurso – língua – exterioridade, interessa-nos lançar também um olhar para outra noção: a de sujeito. Ferreira compreende que o “sujeito do discurso, em sua relação com a língua, estabelece um processo de constituição mútua, constituindo-se e constituindo-a no seio de acontecimentos histórico-sociais” (2003, p. 192). Entendemos, portanto, que há uma relação entre língua, sujeito e história para a produção de sentidos no/pelos discursos. O sujeito constitui-se por meio da língua, e, situado na história, irá produzir sentidos.

Com base em Orlandi (2015), podemos pensar o sujeito da linguagem como um sujeito que é afetado tanto pelo real da língua como pelo real da história, não possuindo o controle sobre o modo como elas o afetam, o que é afirmar: o sujeito do discurso funciona pelo inconsciente e pela ideologia.

A partir disso, compreendemos que, ao produzir o discurso, o sujeito possui a ilusão de ser a origem de seu dizer, como se os sentidos se originassem nele e como se o seu dizer fosse “o dizer primeiro”, fundador. Entretanto, na produção do discurso, o sujeito é afetado pela ideologia e pelo inconsciente e é assim que ele irá constituir-se e constituirá seus dizeres.

Um ponto fundamental a ser destacado em relação à noção de sujeito é que, segundo a perspectiva discursiva, não temos a noção de indivíduo, de um sujeito empírico, psicológico, mas sim o sujeito do discurso, que é interpelado pela ideologia (assujeitamento ideológico do sujeito). Para Althusser (1987), sujeito e ideologia estão relacionados de modo que:

a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos. Como a ideologia é eterna, vamos suprimir a forma da temporalidade na qual representamos o funcionamento da ideologia e afirmar: a ideologia sempre-já interpelou os indivíduos como sujeitos, o que nos leva a precisar que os indivíduos são sempre-já interpelados pela ideologia como sujeitos e nos conduz necessariamente a uma última proposição: os indivíduos são sempre-já sujeitos. Portanto, os indivíduos são <<abstractos>> relativamente aos sujeitos que sempre-já são. Esta proposição pode parecer um paradoxo. Que um indivíduo seja sempre-já sujeito, mesmo antes de nascer, é no entanto a simples realidade, acessível a cada um e, de maneira nenhuma, um paradoxo (p.102).

Com isso, podemos entender a interpelação ideológica dos sujeitos. Compreendemos, para tanto, que a ideologia sempre-já interpelou os indivíduos em sujeitos, e, sendo interpelados, eles sempre-já são sujeitos, mesmo antes de seu nascimento, não podendo escapar à determinação ideológica e ao modo como os sentidos os tomam. Pêcheux (2014) afirma que a constituição do sentido se junta à constituição do sujeito, na figura da interpelação. O sujeito do discurso, é, dessa maneira, um sujeito ideológico.

Ao relacionar sujeito e ideologia, Pêcheux (2014, p.135) destaca também duas proposições "1. Só há prática através e sob uma ideologia; 2. Só há ideologia pelo e para sujeitos." Isso implica afirmar que toda prática, todo sujeito, todo discurso é necessariamente ideológico, produzindo efeitos de sentido, situados no seio dos acontecimentos sócio-históricos.

Quando associamos sujeito e ideologia ao objeto que nos propomos analisar, o jornal, entendemos que os discursos que circularam nesse meio impresso institucionalizaram sentidos vinculados ao regime militar, construindo um imaginário no/do/sobre tal período, partindo do viés de quem estava no poder.

Assim, por meio do jornal, é possível, observar o funcionamento do discurso jornalístico, que é, segundo Mariani (1999), regido por relações sociais jurídico-ideológicas. É através do funcionamento dele que certas informações irão se manter em circulação e que serão conservadas as mesmas relações sociais

jurídico-ideológicas.

A imprensa irá materializar, desse modo, as relações de poder vigentes, determinando a circulação dos discursos e dos dizeres, conforme quem estava no poder, a saber: os militares e o conjunto de forças de apoio ao Estado.

Contudo, ao considerarmos tais relações de poder, é necessário destacarmos que existia, no conjunto dos acontecimentos históricos, um embate entre diferentes formações discursivas (FDs). Havia aqueles que se identificavam com o regime militar, os quais representavam a ideologia dominante, como a classe dos militares e também, de maneira geral, classes apoiadoras do regime, como grande parte do empresariado, da imprensa, dos proprietários rurais, Igreja Católica, vários governadores importantes e amplos setores da classe média; e aqueles que se opuseram a essa ideologia dominante, representada pelos considerados “comunistas” e partidos vinculados à esquerda, que constituíam a resistência à época.

Considerando a noção de formação discursiva em nosso trabalho, citamos Pêcheux (2014), que a entende como:

Aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.). Isso equivale a afirmar que as palavras, expressões, proposições etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas: retomando os termos que introduzimos acima e aplicando-nos ao ponto específico da materialidade do discurso e do sentido, diremos que os indivíduos são “interpelados” em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhe são correspondentes (p. 147).

A formação discursiva determina, dessa maneira, o que pode e deve, ou não, ser dito, a partir de uma posição dada e de um contexto específico. As palavras, expressões, proposições são carregadas de sentido, e recebem seu sentido a partir da inscrição do sujeito em determinada formação discursiva.

Indursky (2003), retomando Pêcheux, afirma que todo dizer de um sujeito irá inscrever-se, por identificação, em alguma formação discursiva (FD), autorizando determinados discursos e silenciando outros. Para a autora, o sujeito, ao produzir seu discurso, o faz afetado tanto pela ideologia quanto pelo inconsciente, sendo que seu dizer irá inscrever-se, sem que ele perceba, em

determinada FD, da qual o sujeito não somente retira os elementos de saber que se organizam no interior do seu discurso, mas também torna-se o lugar por meio do qual ele se significa ao significar ou ressignificar-se seu dizer.

Essa afirmação leva-nos a compreender, então, que todo dizer do sujeito irá inscrever-se em determinada FD. Filiar-se-á à ideologia “x” ou “y” no interior das redes de significações, inscrevendo seu dizer em já-ditos que fazem parte do todo complexo com dominante do interdiscurso (PÊCHEUX, 2014).

Em relação à questão da inscrição do dizer em determinada FD, Pêcheux nos afirma que o sentido decorre das posições ideológicas, ou seja, uma palavra, uma expressão, não irá existir “em si mesmo”, mas será determinada pelas posições que estão em jogo no contexto sócio-histórico no qual são produzidas. Seria afirmar: “as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam [...] em referência às formações ideológicas” (PÊCHEUX, 2014, p.147).

No que diz respeito às FDs, é importante destacar também que elas são regionalizadas pelo interdiscurso. O sujeito, não podendo se relacionar a todo domínio do interdiscurso, a todos esses dizeres outros e esquecidos que podem constituir o dito, identificar-se-á com determinada FD. A partir disso, o sujeito assumirá uma posição-sujeito em seu discurso, posição esta investida, igualmente, de uma posição ideológica.

Com relação ao interdiscurso ou memória discursiva, vale destacar que não compreendemos como uma memória que é cognitiva, psíquica, mas como a memória do discurso, afetada pela exterioridade. Isso implica afirmar que todo o dizer estará ancorado em dizeres anteriores, que o sustentam e o tornam possível.

Para refletir sobre tal noção, retomamos Courtine (2009), o qual destaca que a “memória discursiva” configura-se como a existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos. Com isso, entendemos a memória discursiva como essa existência, visto que todo o dizer estará retomando dizeres anteriores, determinado por uma exterioridade que lhe é constitutiva e pelos AIE’s. Daí a ideia do sujeito não ser a origem de seu dizer, mas pré-determinado por dizeres anteriores, que o constituem.

Dialogando essa conceituação com outros autores da AD, retomamos Orlandi (2015) que caracteriza a memória discursiva como: “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito, que

está na base do dizível” (p. 29). Assim, podemos entender que todo discurso encontra-se situado em uma rede de formulações, inscrevendo-se, de um lado, em uma relação horizontal (plano do interdiscurso) e, de outro, em uma relação vertical (plano do intradiscurso), conforme compreende Courtine (2009):

Observemos, em primeiro lugar, que o enunciado se encontra situado, de um lado, em uma relação horizontal com outras formulações no interior do intradiscurso de uma sequência discursiva; e, de outro, em uma relação vertical com formulações determináveis noutras sequências discursivas no interdiscurso de uma FD [...] (p. 90).

Nesse sentido, é importante salientar que os saberes constitutivos do discurso existem em uma estrutura que pode ser vertical ou horizontal, sendo que o discurso de um sujeito, sua formulação, se produz no entrecruzamento entre interdiscurso e intradiscurso. Em relação a isso, Indursky (2003) entende que:

Os saberes, representados pelos enunciados existem em uma estrutura que tanto pode ser tomada em sua existência vertical quanto horizontal. A *existência vertical* dos enunciados e sua capacidade de serem repetidos é explicada pela noção de estrutura. Os saberes pré-existentes ao discurso do sujeito encontram-se no interior de uma *estrutura vertical*, seja ela a FD que afeta o sujeito do discurso ou o interdiscurso [...] Por outro lado, os saberes mobilizados pelo sujeito, em seu discurso, passam também a existir no interior de uma *estrutura horizontal*, que corresponde ao intradiscurso, onde se encontra a formulação do sujeito, que consiste na forma que o enunciado tomou em seu discurso, após passar pelo processo de apropriação e sintagmatização. Vale dizer que o enunciado remete para a existência vertical da estrutura e a formulação para sua existência horizontal. E mais: a estrutura vertical sinaliza a existência anterior do enunciado, enquanto que a formulação indica uma forma atualizada do referido enunciado (2003, p.103).

Lançando um olhar para nosso objeto de pesquisa, compreendemos que o discurso que circula da/na/sobre a ditadura militar encontra-se situado nessa estrutura, ou seja, há saberes, já-ditos (no plano da memória, do interdiscurso) que irão retornar e significar no discurso presente no jornal “O Cerro Largo” e, assim, produzir efeitos de sentidos, tanto no que diz respeito ao período em si, ao seus “ideais” de “pátria”, de “salvaguarda da democracia”, de “revolução”, quanto ao imaginário que se tinha sobre o comunismo, como algo “demonizado”.

É interessante destacar ,também, que esses discursos que circularam no período da ditadura ainda ressoam na atualidade, (re) significando-se e produzindo sentidos, em um constante movimento de encontro entre interdiscurso (já-ditos) e

intradiscurso (atualidade).

2.1 EFEITO DISCURSIVO NO/DO JORNAL

Ao selecionarmos nosso objeto de pesquisa, o jornal “O Cerro Largo”, o qual circulou entre os anos de 1957 a 1967, no município de Cerro Largo/RS e região, buscamos lançar um olhar especificamente para a circulação dos discursos vinculados à ditadura militar brasileira e para o processo de produção de sentidos. Para tanto, o *corpus* de análise foi constituído por recortes discursivos de reportagens selecionadas de algumas das edições dos jornais publicados entre os anos de 1964 a 1967. Segundo nossa perspectiva, compreendemos o jornal como um discurso jornalístico, visto estar vinculado à esfera jornalística. Conforme compreende Mariani (1996):

Os jornais lidam com o relato de eventos inesperados, possíveis e/ou previsíveis. Em seu funcionamento, o discurso jornalístico insere o inesperado (aquilo para o quê ainda não há memória) ou possível/previsível (fatos para os quais se pode dizer algo porque guardam semelhanças com algo ocorrido anteriormente) em uma ordem, ou seja, organizando filiações de sentidos possíveis para o acontecimento não apenas em termos de uma memória, mas também no que diz respeito aos desdobramentos futuros. Para tanto, os jornais nomeiam, produzem explicações, enfim, 'digerem' para os leitores aquilo sobre o que se fala. Esse processo de encadeamento cria a ilusão de uma relação significativa entre causas e conseqüências para os fatos ocorridos. Encontra-se nesse funcionamento jornalístico um dos aspectos de convencimento que envolve os leitores (p. 63).

Nesse sentido, podemos entender que os jornais compreendem tanto eventos inesperados, quanto aqueles previsíveis, possíveis. Eventos inesperados porque não há uma memória sobre determinado acontecimento, é algo novo, que surge na imprensa, já nos eventos possíveis/previsíveis há o funcionamento de uma memória, de semelhanças com acontecimentos anteriores, organização de filiações de sentido para determinado ocorrido tanto em termos da memória quanto para desdobramentos futuros. Assim, os jornais vão expor, digerir os fatos, sobre o que se fala para o leitor, articulando e buscando convencer os leitores sobre suas afirmações.

Visto nosso objeto de análise, destacamos que se trata de um evento previsível, possível, pois está inserido em um contexto sócio-histórico em

específico, a ditadura militar, há, para tanto, o funcionamento da memória, da história e do contexto na circulação de determinados discursos e na produção de efeitos de sentido “possíveis”.

Segundo Mariani (1996), o discurso jornalístico tem por característica atuar na institucionalização social de sentidos, isso implica afirmar que o discurso jornalístico irá contribuir na constituição do imaginário social e na cristalização de uma memória do passado, assim como na memória de futuro. Tem por propriedade sua submissão ao jogo das relações de poder vigentes, sua adequação ao imaginário ocidental de liberdade e bons costumes, e o efeito de literalidade decorrente da ilusão da informatividade. São gestos interpretativos já marcados por um interdiscurso.

Buscando lançar um olhar para o objeto dessa pesquisa, entendemos que os discursos em circulação no referido jornal procuram institucionalizar sentidos sobre o período da ditadura militar, bem como sobre os grupos de oposição, a saber, os ditos “comunistas”. Ao institucionalizar sentidos¹, irá constituir-se um imaginário social sobre os acontecimentos, cristalizando uma memória do passado e agindo na memória de futuro. O jornal submete-se a relações de poder dominante, a favor das classes que apoiaram a ditadura, lançando gestos interpretativos segundo a ótica daqueles que estavam no poder, marcados pelo interdiscurso, pela memória.

Podemos afirmar que o jornal faz parte do que Mariani denomina “imprensa de referência”, a qual enuncia de um lugar historicamente constituído e faz em nome de determinados segmentos sociais. Segundo a autora, o discurso da esfera jornalística desempenha um papel importante na produção e na circulação de consensos de sentido, e isso irá perpassar os jornais como um todo, apesar das diferenças de posicionamento político de cada jornal. Pensando a respeito disso, ainda conforme Mariani (1996, p. 70), podemos destacar que:

Uma reflexão de caráter discursivo deve considerar o que (não) se diz e o como se diz na imprensa inseparáveis não apenas das notícias produzidas em determinada época, mas principalmente da história que a constitui. Em outras palavras, trata-se como já afirmamos anteriormente, de um trabalho que investiga o modo da historicidade constituir a textualidade na produção de sentidos.

¹ A institucionalização de sentidos vincula-se ao funcionamento do que entendemos por “memória de arquivo”

Levando em conta isso, é importante observar que, ao analisar o *corpus* analítico, buscamos compreender o modo como a historicidade irá constituir a materialidade discursiva, a maneira como os discursos, ao circularem, produziram efeitos de sentido, situados nesse contexto sócio-histórico e ideológico da ditadura.

Ao abordarmos as especificidades do discurso jornalístico e do funcionamento do jornal, destacamos que o jornal não funciona como “a ideologia dominante”, mas trata-se de um meio de colocá-la em funcionamento. Ele faz parte do AIE imprensa (Aparelho Ideológico do Estado - imprensa), e, ao produzir e institucionalizar sentidos, o faz partindo da ótica do dominante, seguindo relações de poder bem específicas.

Dessa maneira, situando o jornal como parte do AIE imprensa, é necessário dialogarmos sobre a definição de AIE e suas diferenças de outro aparelho, como os AREs (Aparelhos Repressivos do Estado).

Em relação às noções de Aparelhos Ideológicos do Estado (AIEs) e Aparelhos Repressivos do Estado (AREs), podemos destacar que a diferença fundamental entre eles é que o primeiro, os AIEs, funcionam simultaneamente pela ideologia e o segundo, os AREs, pela violência, isto é, se existe o Aparelho (repressivo) do Estado, existe uma pluralidade de AIEs. Assim, podemos afirmar que o Aparelho Repressor do Estado, em si mesmo, funciona de uma maneira massivamente prevalente pela repressão (inclusive, a física), embora funcione também, secundariamente, pela ideologia. Já os Aparelhos Ideológicos do Estado, em si mesmos, funcionam massivamente pela ideologia, funcionando de modo secundário, pela violência (ALTHUSSER, 1980, p. 46-47).

Ainda segundo Althusser, há algumas instituições que funcionam como AIEs, como: o AIE religioso (sistema de diferentes igrejas), AIE familiar, AIE jurídico, AIE político (sistema político de que fazem parte os diferentes partidos), AIE escolar (o sistema das diferentes escolas públicas e particulares), AIE sindical, AIE cultural (Letras, Belas Artes, desportos, etc) e AIE da informação (imprensa, rádio- televisão, etc).

Faz-se necessário destacar que os AIEs são lugar de reprodução e transformação das relações de produção. Assim, no compreender de Pêcheux (2014):

Os aparelhos ideológicos de Estado não são, apesar disso, puros

instrumentos da classe dominante, máquinas ideológicas que reproduzem pura e simplesmente as relações de produção existentes: “...este estabelecimento [dos aparelhos ideológicos do Estado] não se dá por si só, é, ao contrário, o palco de uma dura e ininterrupta luta de classes...”¹, o que significa que os aparelhos ideológicos do Estado constituem, simultânea e contraditoriamente, o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção [...] (p.131).

Portanto, os AIEs, sendo o meio de realização da ideologia dominante, não se reduzem somente a reproduzir as relações de produção, mas também são um meio de transformação destas, uma ininterrupta luta de classes.

Logo, em nossa análise, buscamos, sobretudo, compreender essas relações de poder, reguladas pelos AIE, e como os discursos irão circular, (re) produzindo efeitos de sentido.

2.2 DISCURSO E HISTORICIDADE

Tendo em vista o constructo teórico da AD, os conceitos mobilizados irão dialogar e servirão de base para explorarmos o *corpus* de análise, o qual se constitui por recortes discursivos de reportagens do jornal “O Cerro Largo”, que circulou entre os anos de 1964 a 1967.

Para analisarmos nosso *corpus*, entendemos ser necessário explicitar as condições de produção em que o discurso sobre a ditadura militar do/no jornal “O Cerro Largo” circulou. Por condições de produção compreendemos que dizem respeito aos sujeitos e a situação, sendo possível considerá-las tanto em seu sentido estrito como em seu sentido amplo. Consideradas em seu sentido estrito, temos as circunstâncias de enunciação: o contexto imediato e, se as considerarmos em seu sentido amplo, temos o contexto sócio-histórico e ideológico (ORLANDI, 2015, p. 28-29).

Com relação ao sentido amplo, à conjuntura sócio-histórica e ideológica do período, podemos destacar que foi uma época marcada pela forte repressão do Estado. As repressões e imposições podem ser caracterizadas em diversos níveis, desde a violação de direitos civis, a suspensão de direitos políticos, a cassação de mandatos e repressão à movimentos sociais até a forte censura aos meios de comunicação e as produções artísticas (música, literatura, cinema). Eram formas de (re) afirmação do poder do regime.

Em relação à gênese de tal período, Reis (2005) aponta-nos que foi a partir da vitória do movimento civil-militar, que derrubou João Goulart, no mês de abril de 1964. Essa vitória desferiu um golpe no projeto nacional-estatista que Jango encarnava, encerrando a experiência republicana que se iniciara com o fim do Estado Novo, no ano de 1945. Entretanto, o autor coloca que não foi um “raio que desceu de um céu azul. Ao contrário, resultou de uma conjunção complexa de condições, de ações e de processos [...]” (p.12).

Um dos estopins e acontecimentos marcantes que levaram ao golpe foram as chamadas “Reformas de Base”, propostas por Jango: a Reforma Agrária, a Reforma Urbana, a Reforma Bancária, a Reforma Tributária, a Reforma Eleitoral, a Reforma do Estatuto do Capital Estrangeiro e a Reforma Universitária, as quais representavam, para as direitas civis, uma ameaça de “comunização do país”.

Como consequência de tais reformas, as direitas se viram alardeadas e já vinham arquitetando um golpe para a destituição do presidente João Goulart. Porém, conforme o autor, Jango partiu para a ofensiva e dispôs-se a liderar um conjunto de grandes comícios, a fim de aumentar a pressão pelas reformas. O primeiro comício seria organizado no Rio de Janeiro, e o último, no dia 1º de maio, em São Paulo. Também foi planejado, dentro do limite das atribuições do presidente da República, a edição de decretos, os quais implementariam, na prática, aspectos do programa das reformas propostas por Jango.

Entretanto, o primeiro – e único – comício foi realizado em 13 de março de 1964, no qual foram reunidas todas as esquerdas, totalizando mais de 350 mil pessoas pela defesa das reformas, mas a reação veio de imediato, e, no dia 19, em São Paulo, houve a primeira “Marcha da Família com Deus e pela Liberdade”, onde as direitas unidas desencadeavam as forças da contra-reforma (REIS, 2005, p.30-31).

Um outro acontecimento que também levaria e serviria de pretexto para a oposição arquitetar e executar o golpe foi a denominada “Revolta dos Marinheiros”, na qual, segundo Santos et al. (2013), centenas de marinheiros resolveram comemorar o 2º aniversário da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais, entidade esta que era considerada ilegal. A classe reivindicava o reconhecimento de sua associação, a reformulação do regulamento disciplinar da marinha, o aumento dos salários e as reformas de base propostas por Jango. Os fuzileiros navais, que haviam sido enviados pelo ministro da Marinha com o

objetivo de reprimir o levante, acabaram aderindo ao movimento. Jango posicionou-se favorável aos marinheiros, os quais negociaram o fim da “rebelião”, sendo anistiados pelo presidente. Esse fato não foi bem visto aos olhos da alta oficialidade, que acusou o governo de incentivar a indisciplina e de mesmo modo a quebra da hierarquia nas Forças Armadas.

Assim, ante esse cenário, em 31 de março de 1964, foi deflagrado o golpe e instaurou-se a ditadura militar em nosso país, conforme destaca Santos et al. (2013):

Em 31 de março, os tanques de guerra do Exército já se dirigiam ao Rio de Janeiro, onde Goulart se encontrava. O governo caiu sem grandes resistências. A ida de Jango para o Rio Grande do Sul foi o argumento para o senador Auro de Moura Andrade, que presidia o Congresso Nacional, declarar a vacância do cargo de presidente da República, devido aos últimos acontecimentos. No dia 3 de abril, o general Castelo Branco já era o novo presidente do Brasil. Jango partiu para o exílio no Uruguai. O golpe, deflagrado pelos militares, foi saudado por importantes setores civis da sociedade. Grande parte do empresariado, da imprensa, dos proprietários rurais, da Igreja Católica, vários governadores de Estados importantes — como Carlos Lacerda, da Guanabara; Magalhães Pinto, de Minas Gerais e Ademar de Barros, de São Paulo — e amplos setores de classe média pediram e estimularam a intervenção militar, como modo de pôr fim à suposta ameaça de esquerdização do governo e de se controlar a crise econômica. O golpe também foi recebido com alívio pelo governo dos Estados Unidos, que não via com bons olhos a aproximação de Goulart com as esquerdas (p.16).

Dessa maneira, podemos salientar que tais ações, que derrubaram o governo de Jango, tiveram uma ampla e diferenciada frente, com denominadores comuns muito genéricos: salvar o país da subversão e do comunismo, da corrupção e do populismo, restabelecendo a democracia. Havia, portanto, o medo de que um processo radical de distribuição de renda e de poder pudesse “sair dos controles”, de modo a levar o país à desordem (REIS, 2005, p. 33-34).

Deflagrado o golpe, a situação do país mudou drasticamente e um dos pontos mais importantes é que se configurou como um regime anti-democrático, desde sua articulação até suas ações. Como podemos evidenciar:

Após o golpe de 1964, o Brasil iniciou uma longa ditadura que perdurou até 1985. Lideranças políticas e sindicais foram presas, parlamentares cassados, militantes políticos exilados. A ditadura fechou os partidos políticos existentes e criou dois novos: Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB) — um partido de situação e outro de “oposição consentida”. O novo governo editou Atos

Institucionais com os quais criava condições excepcionais de funcionamento “legal” para atos ilegais e arbitrários (SANTOS et al. 2013, p. 19).

Para implementar os atos ilegais, foram editados uma série de Atos Institucionais, que representavam o aparato/funcionamento “legal” para o ilegal.

Rodeghero (2007) relata que, consumado o golpe em nosso país, iniciou-se um período marcado por perseguições, prisões e expurgos que ficou conhecido como a primeira “operação de limpeza” (AI-1). Segundo a autora, o Comando Supremo da Revolução editou em 9 de abril um ato institucional previsto para estar em vigor até 31 de janeiro de 66. O ato, dentre outras coisas, dava amplos poderes ao Executivo, de modo especial à Presidência da República; ele instaurava os inquéritos militares (IPM’s), suspendia por seis meses garantias de vitaliciedade e estabilidade dos detentores de cargos públicos, além de fixar as eleições indiretas para presidência da República.

O AI 1, portanto, foi o primeiro ato, editado em 9 de abril de 1964, o qual, segundo Reis:

[...] instaurou o estado de exceção no país. Começou a decretar a cassação de mandatos eletivos, a suspensão de direitos políticos, por dez anos, além de aposentadorias de civis e reformas de militares, atingindo centenas de pessoas. Ao mesmo tempo, um processo de caça às bruxas desencadeava-se pelo país, com prisões, censura a publicações e intimidações de toda a ordem (REIS, 2005, p.35).

Entretanto, é importante destacar alguns pontos sobre o processo que fora deflagrado em 31 de março de 1964 e suas ações na sociedade brasileira, Reis (2005) aponta que:

Nem todos que haviam apoiado a queda de Jango se reconheciam naquelas ações. Havia uma certa dificuldade em definir o que se estava passando. Mas aquilo, decididamente, não parecia um golpe na tradição latino-americana. Os homens do Comando Supremo falavam em nome de uma revolução, querendo explicitar a perspectiva de que não tinham promovido uma intervenção de caráter passageiro, mas algo mais profundo. O que, exatamente, poucos, talvez nem eles mesmos saberiam dizer naquele momento. O problema é que o processo todo fora consumado não em nome de uma revolução, mas no dos valores da civilização cristã e da democracia. Era necessário, portanto, conferir legitimidade ao novo poder e definir alguém com qualificações para assumir a presidência da República. Foi nessas circunstâncias que o nome do general Castelo Branco apareceu. Tinha prestígio entre seus pares e conexões com o IPES, o dispositivo organizado que, naquele momento, era inegavelmente o mais articulado em termos políticos (p.35-36).

A partir disso, podemos compreender que havia certa dificuldade em definir-se o que se estava passando naquele momento. Os militares falavam em nome de uma revolução e tal ação, para eles, representaria algo mais profundo que uma intervenção. Conforme o autor coloca, podemos entender que o problema é que todo o processo fora consumado com base nos valores da “civilização cristã” e da “democracia”. Assim, frente a esse cenário, o nome general Castelo Branco apareceu.

Havia dois lados desse processo, de um lado, a proposta nem sempre clara de destruir pela raiz o antigo regime (representado por Jango), o Ato Institucional, a exceção, a revolução, a ditadura. Do outro, em virtude da necessidade em se considerar as forças que haviam se reunido para tal desfecho, o respeito pela democracia, por seus valores e também por suas formas e ritos. Dessa maneira, Castelo Branco pareceu como uma forma de sintetizar esses dois lados, sendo eleito pelo congresso, entretanto, houve nos bastidores, ranger de dentes e imprecações (REIS, 2005, p.37).

Dadas tais condições, como mencionado, uma série de atos² começaram a entrar em vigor, tendo um impacto significativo na vida da sociedade brasileira à época. Rodeghero (2007) cita vários exemplos, no Rio Grande do Sul em especial, dos efeitos desse primeiro ato: a cassação do mandato e suspensão dos direitos políticos por dez anos do então prefeito de Porto Alegre, Sereno Chaise, acontecendo o mesmo com cerca da metade da bancada trabalhista na Assembleia Legislativa gaúcha, deputados eleitos foram cassados, servidores públicos estaduais foram demitidos, como, por exemplo, a demissão de 12 professores da UFRGS e a suspensão por dez anos dos direitos políticos de outros cinco, com a acusação de levar influência comunista à sala de aula. Alunos também sofreram perseguições (SCHMIDT, 2004).

Rodeghero (2007) destaca ainda que, além das listas de cassações e das comissões de investigações montadas no serviço público, o principal mecanismo utilizado para caça aos opositores do regime foi o IPM (Inquérito Policial Militar). Nesses inquéritos eram ouvidas pessoas indiciadas por alguma atividade ilícita no

² Destacaremos somente o AI1 e o AI2 por compreenderem os primeiros dois atos instaurados na Ditadura Militar e pelo fato de o nosso corpus ser constituído por reportagens que compreendem esse período.

contexto da ditadura militar. Alves afirma que: “configuravam-se como o primeiro núcleo de um aparelho repressivo em germinação e o início de um grupo de pressão de oficiais linha-dura dentro do Estado de Segurança Nacional” (1985, p. 57).

Face a esse cenário, outro ato foi editado, no ano de 1966, o AI2 (Ato Institucional nº2), dando continuidade às ações repressivas do Estado. Diante da vitória de candidatos da oposição para governador em alguns estados (a eleição para governadores ainda era feita pelo voto direto, diferentemente das eleições para presidente), foi editado o AI2, como resposta a esse fato. Tal ato extinguiu os partidos existentes e determinava que as eleições do ano seguinte, para governador, seriam indiretas, sendo que a escolha seria realizada pelas assembleias legislativas (RODEGHERO, 2007, p. 91).

O AI2 configurou-se como um segundo ato repressivo, que violou os direitos políticos, eleitorais e a Constituição de 1946. Conforme Reis (2005):

Com o novo Ato, reinstaurou-se o estado de exceção, a ditadura aberta. Com ele na mão, Castelo Branco cometeu as arbitrariedades que lhe pareceram necessárias: milhares de cassações (no fim de seu governo, mais de 3.500 pessoas haviam sido punidas pelos atos de exceção), deposição de governantes legalmente eleitos, recesso do Congresso Nacional, extinção dos partidos políticos tradicionais, imposição de eleições indiretas para governadores e presidente da República, entre muitas outras decisões de caráter ditatorial. Atropelando a tudo e a todos, até mesmo a seus princípios, acumulando desgastes em todas as áreas, Castelo Branco acabou perdendo o controle da própria sucessão, obrigado a aceitar a candidatura do ministro do Exército, Costa e Silva (p. 43-44).

Com a posse de Costa e Silva, dava-se continuidade às práticas ilegais cometidas pelo regime, o presidente eleito prometia “democracia, diálogo, ordem jurídica estável e reformas” (REIS, 2005, p. 45-46). Porém, sabemos que isso é inviável em um regime militar. O fato é que a população estava, segundo Reis (2005), insatisfeita, uma insatisfação acumulada e represada pelo governo anterior.

Eram visíveis também, em vários setores, as manifestações críticas opostas ao governo, como podemos evidenciar, por exemplo, na música, com Geraldo Vandré, Chico Buarque e Caetano Veloso. Além da música, também os movimentos estudantis lutaram contra o sistema, podemos citar o evento da passeata dos cem mil, que, juntamente com os estudantes, várias outras categorias (escritores, professores, cantores, cineastas) foram às ruas contra as imposições do regime

militar.

Entendemos, portanto, que esse período representou um momento de “trevas” para a história brasileira e que continuou até o ano de 1985.

Buscamos, desse modo, projetar alguns acontecimentos em específico dos primeiros anos da ditadura, de 1964 a 1967, visto a necessidade de tal conhecimento, pois nosso material de análise compreende o período mencionado. Entretanto, sabemos que a projeção dos efeitos do regime perdurou até o ano de 1985, sendo os anos de 1968 a 1973, os “anos de chumbo”, período entre a decretação do AI-5 e a posse de Geisel, marcado por uma intensificação na repressão e na luta contra a “subversão” do sistema. Exemplo disso foi a criação do CODI-DOI (Centro de Operações de Defesa Interna - Destacamento de Operações e Informações), um forte aparato de censura e de silenciamento à oposição na ditadura.

3 MOBILIZAÇÃO DO *CORPUS* DE PESQUISA

Tendo em vista o objetivo de nossa pesquisa, para o desenvolvimento de nossas análises, constituímos um arquivo composto por edições impressas do Jornal “O Cerro Largo”, o qual circulou entre os anos de 1957 a 1967. Levando em consideração esse arquivo, delimitamos o *corpus* analítico, que se constitui por recortes discursivos de reportagens/notícias presentes no referido jornal. Para delimitar esse *corpus*, partimos de um critério temporal, uma vez que, por meio de uma análise prévia do jornal, observamos que há uma presença maior de discursos *sobre* a ditadura no período que envolve a publicação das edições de 1964 a 1967.

Considerando as diversas reportagens/notícias encontradas nesse período delimitado, selecionamos apenas as que apresentam regularidades discursivas, por meio das quais podemos compreender a repetibilidade e/ou deslize dos dizeres e sentidos.

Ao tratarmos de tais regularidades, entendemos que, no discurso, há a possibilidade de haver o mesmo (paráfrase/repetibilidade) e o diferente (polissemia/deslize dos sentidos), sendo que não há um sem o outro, existe uma relação constitutiva entre ambos. Desta maneira, refletindo sobre essas noções,

citamos Orlandi (2015), a qual nos afirma que:

Todo o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos. Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços de dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco. Essas duas forças que trabalham continuamente o dizer, de tal modo que todo o discurso se faz nessa tensão: entre o mesmo e o diferente (p.34).

É nesse jogo entre o mesmo e o diferente que iremos observar como os sentidos irão repetir-se, em uma rede de formulações, mas que, ao repetirem-se, podem romper, deslizar, instaurando novos sentidos possíveis.

Para analisar o *corpus* analítico, dividimos nossas análises em dois blocos temáticos. O primeiro bloco (B1) intitula-se: “Brasileiros, Povo e a Revolução: sentidos em circulação”, e o segundo (B2) denomina-se: “A nomeação do contrário: gestos interpretativos”. Objetivamos, por meio das análises, compreender a circulação de discursos na/da/sobre a ditadura e a produção dos efeitos de sentidos, entendendo que há, sobretudo, um funcionamento parafrástico.

Dessa maneira, partindo das regularidades linguísticas dos recortes, observamos que as mesmas recaem, em especial, no modo como certas ideias/expressões estão nomeadas. Assim, nas análises, para explicitar o processo discursivo, partimos das noções de nomeação e designação, tal como propostas por Guimarães.

Tendo isso em vista, foram selecionadas as seguintes reportagens para compor o *corpus* analítico:

... para ... e em espuma, inoxidáveis: Panelas Tauros. Talheres: Hercules e Ebrele. Máquinas de Costura "Elgin", Fogos Caramuru-Brinquedos, Lustres etc.

Brasileiros!

Brasileiros. Não há nenhuma nação no mundo como o Brasil, que ofereça a seus filhos tão formidáveis possibilidades de progredir e de melhorar de vida. Basta que mantenhamos os caminhos livres à democracia e à ordem cristã. Basta que cada cidadão procure trabalhar, estudar, progredir visando o bem da coletividade. A terra maravil-

hosa do Brasil, com seus imensos recursos e as fantásticas oportunidades de trabalho digno que o progresso do país já oferece, asseguram a cada cidadão um horizonte permanente de constante melhoria de vida e de Bem-estar para sua família.

Colabore você também na consolidação e salvaguarda da Democracia, anulando a ação nefasta dos comunistas.

Figura 1 - Reportagem do bloco um: Brasileiros! (JORNAL "O CERRO LARGO", 1964, ANO 7, n.353, p.4)

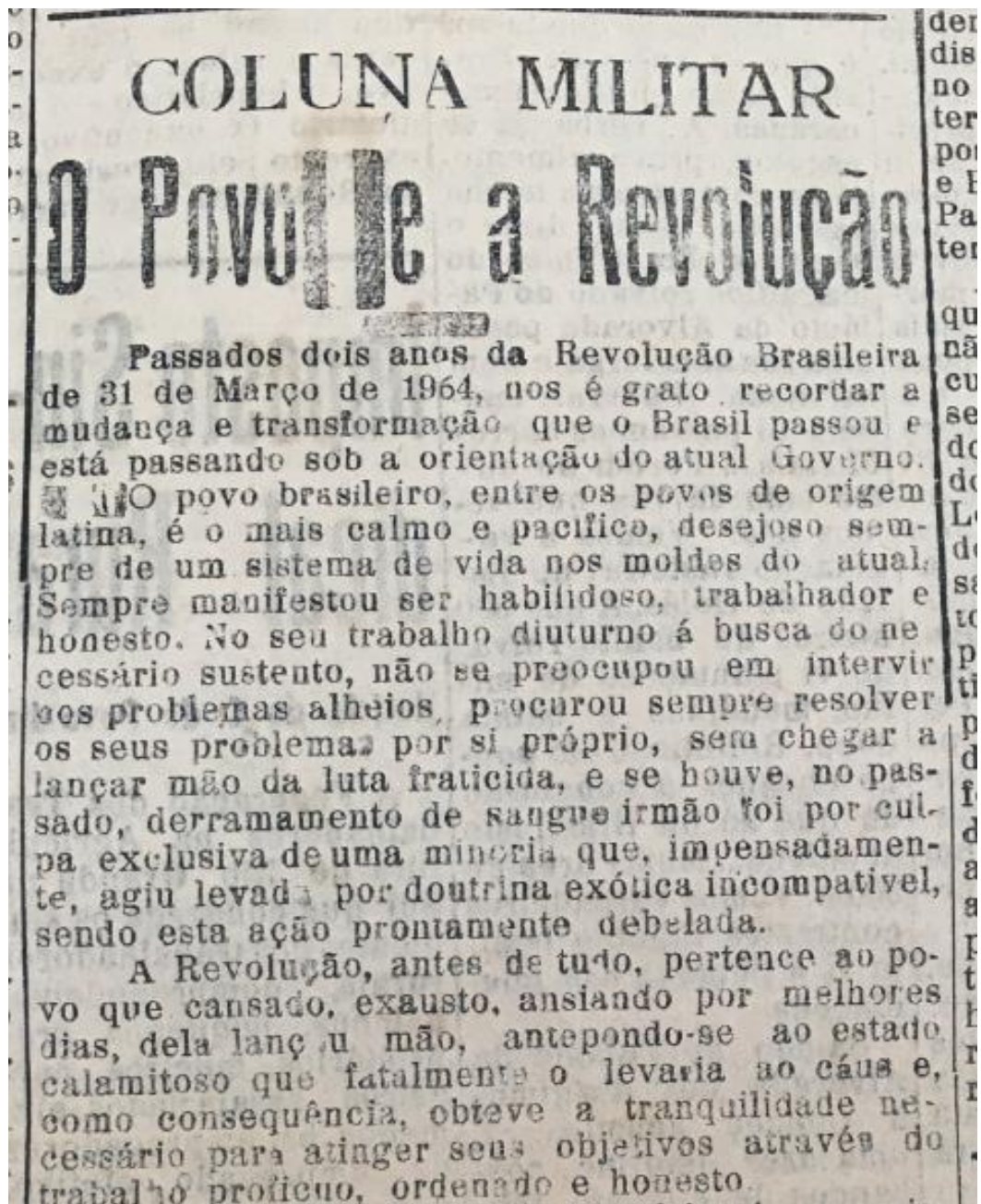


Figura 2- Reportagem do bloco um: O Povo e a Revolução (JORNAL "O CERRO LARGO", 1966, ANO 9, n.443, p.04)

trabalho produtivo, etc.

As Forças Armadas, que também é povo, visto que seus integrantes provêm desta massa heterogênia, independente de cor, religião ou camada social, depois de burilados, preparados, disciplinados, constituindo um todo homogêneo com missão específica prevista na nossa Constituição, em consonância com sua atuação histórica, cumpre o papel de, também realizá-la e consolidá-la.

Por todos estes motivos é que nós, irmãos brasileiros, civis e militares, formamos juntos, marchamos juntos na mesma direção, procurando colobar o Brasil no seu devido lugar, no conceito das nações livres do continente e foi com este intento que nós, o povo brasileiro, fizemos a Revolução de 31 de Março de 1964, por um Brasil melhor, por um Brasil livres, por um Brasil que em breves anos se projetara definitivamente no cenário mundial, mostrando ao mundo que com a agudeza e a vontade do povo o Brasil prosseguirá na destinação histórica que Deus lhe reservou.

Figura 3 - Reportagem do bloco um: O Povo e a Revolução (continuação)

NOTAS MILITARES

1) Brasileiros:
Cooperemos para a redemocratização da Nação. O Brasil é um colosso, um gigante, que estava sendo destruído pelos traidores da Pátria, maneomunados com agentes do comunismo internacional. Denunciemos os comunistas e agitares nas Autoridades para que sejam eliminados de nossos convívio. Vivam as nossas liberdades democráticas.

2) — Brasileiros
O Plano comunista era aumentar as dificuldades, aumentar as nossa nobrezas, aumentar os nossos sofrimentos, até que o povo estivesse pronto para estourar. Ai então qualquer situação serviria de estopim para fazer explodir a revolução vermelha e o assalto ao poder. Na confusão quem toma conta são os comunistas. Por isso eles queriam confusão. Libertamo-nos dessa praga. Estejamos de pé pelo Brasil uno, coeso e Cristão.

3) - Povo de São Luiz Garza-ga, Cêrro Largo, e Guarani das Missões.
Graças á atuação pronta, planejada e decisiva das Forças Armadas, que representam os anseios de todos os brasileiros, vivemos hoje um clima de paz, tranquilidade e trabalho. São-luisense, Cêrrolarguense, Guaraniense, colabore com as autoridades para a consolidação do regime democrático. O Brasil é uma nação de recursos inesgotáveis. Confiemos no nosso Governo, na sua honestidade, capacidade de trabalho e sinceridade de propósitos. Brasileiros, de pé pelo Brasil.

4) Brasileiros:
Nossos lares estão em festa. Nossos corações transbordam de patriotismo. Livramos do perigo comunista que vem infelicitando tantos povos que foram subjugados pela mistificação, pelo engôdo, pela mentira, pela corrupção e pelo desvario do poder. Havemos de intragar aos nossos filhos este Brasil, livre e cristão, que nossos antepassados nos legaram.

5) Brasileiros:
Marchemos para os dias mais gloriosos de nossa história. Fazamos uma Nação rica, próspera e soberana. Sejamos o orgulho dos nossos filhos e reverenciamos os nossos heróicos antepassados. Avante. Ordem e Progresso.

APROVEITE OS BONS PREÇOS E GANHE VALIOSOS PRÊMIOS
comprando na nova Loja da firma
COMERCIAL JURENICK Ltda.
Rua Helmuth Smidt, 844, em CÊRRO LARGO

Variado sortimento de tecidos, armarinhos, miudezas e roupas feitas, V. S. encontrará A PREÇO DE CUSTO sômente na Loja "JURENICK", que veio a Cêrro Largo para bem servir!

Aos portadores das Notas N.ºs 3609, 3165, 3756, 3922, 3200, 3223, 3620, 3211, pedimos o obséquo de retirarem os prêmios com que foram contemplados no sorteio de Fevereiro.

Gratos pela preferência!

6) Brasileiros
Não há exército no mundo que tenha maior vocação democrática do que o Exército Brasileiro. Em todos os momentos dramáticos de nossa história, nossas Forças Armadas souberam estar ao lado do povo para assegurar-lhe a paz e tranquilidade. Caxias no passado pacificou o Maranhão Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Confiemos nos soldados de Caxias. Aceitemos suas decisões porque visam ao interesse da coletividade e nunca ao interesse individualista. Avante, povo Brasileiro, para os seus gloriosos destinos.
Continua na 1ª. pág.

Figura 4 - Reportagem do bloco dois: Notas Militares (JORNAL "O CERRO LARGO", 1964, ANO 7, n.354, p.01 e 04)

Hugo Maupenthal
Pery Mozzart Fumagalli
Paulo S. Gehwer.

NOTAS MILITARES

(Continuação da 4.a página)

7) Brasileiros

Pensavam os agentes da desordem, da mistificação e da corrupção que o Brasil seria prêsa fácil do comunismo internacional. Eis que levanta-se o clamor do povo e ao lado dele seus leais representantes as Fôrças Armadas. Tudo se transformou. Agradecemos a Deus e aos nossos Chefes, realmente patrióticos, pelo clima de tranquilidade, Paz e de trabalho que hoje respira o Povo Brasileiro.

8) Brasileiros:

Confiemos no Presidente da República Exmo Sr. Marechal Castelo Branco. Confiemos nos nossos Ministros Militares. Confiemos na sinceridade e nas providências que estão sendo tomadas pelo Congresso Nacional vivemos uma nova era. O Brasil marchara para os seus gloriosos destinos de nação rica, próspera, fôrte, respeitada e soberana.

(ass) Francisco Janone Neto
Ten Gel Cmt do D R G
3.º R C e Gu.

Figura 5 - Reportagem do bloco dois: Notas Militares (continuação)

3.1 “BRASILEIROS, POVO E A REVOLUÇÃO: SENTIDOS EM CIRCULAÇÃO”

Objetivando compreender tanto as regularidades discursivas, como a possibilidade de deslize dos dizeres, constitutivas do discurso, analisamos primeiramente as reportagens “Brasileiros” (1964) e “O Povo e a Revolução” (1966). Para desenvolver as análises, mobilizamos recortes discursivos de tais reportagens, a fim de explicitar como os sentidos irão constituir-se, repetir-se e também deslizar no discurso do/no jornal “O Cerro Largo”.

A reportagem “Brasileiros” foi selecionada por estar publicada no ano em que iniciou o período da ditadura militar brasileira. A partir de uma primeira leitura, a reportagem já produz efeitos de sentidos. Há o uso de um vocativo: “Brasileiros”, que convida, chama os “brasileiros” a atentarem-se para o que será dito. Entretanto, qual o sentido de “Brasileiros” neste recorte? Quem seria considerado “brasileiro”?

Inicialmente, a chamada “Brasileiros” sugere-nos a ideia do todo, da coletividade; porém, no decorrer da reportagem, irá delimitando-se a condição desse brasileiro, ou seja, serão impostas algumas condições para “ser brasileiro”.

O “brasileiro” é aquele que faz parte de um país que é incomparável, único dentre as outras nações, como indica-nos o trecho: “Brasileiros. Não há nenhuma nação no mundo como o Brasil”, e que, ao fazer parte desse país, acaba constituindo-se como um filho, que nele encontra condições favoráveis de desenvolvimento e progresso, visto que este país “[oferece] a seus filhos tão formidáveis possibilidades de progredir e de melhorar de vida”. Nesse viés, ser brasileiro é ser filho, é ver em seu país condições de melhora de vida, mas algumas restrições lhe são exigidas, como verificamos em: “**Basta que** mantenhamos os caminhos livres à democracia e à ordem cristã”, “**Basta que** cada cidadão procure trabalhar, estudar e progredir visando o bem da coletividade” (negritos nossos).

Na expressão “basta que”, são determinados requisitos para que o indivíduo seja esse “brasileiro” que é chamado, convocado pelo uso do vocativo. Para “ser brasileiro”, é necessário atender a condições específicas, como: manter a ordem, manter os caminhos livre à democracia, estar em conformidade com a ordem cristã, trabalhar, estudar, progredir, tendo em vista sempre o bem estar coletivo.

Entretanto, ao torna-se esse “brasileiro” almejado, podemos observar que, por meio do trabalho, do estudo e do progresso ele irá tornar-se não somente “brasileiro”, mas vai passar a ser também “cidadão”. Entendemos, portanto, que, na

reportagem analisada, há a seguinte linha de referentes, nomeados de modo diferente: Brasileiros – Filhos – Cidadãos.

Ao abordarmos essas nomeações na reportagem, é necessário destacar o que entendemos por “nomeação”, a qual possui um funcionamento vinculado ao que compreendemos por “designação”. Para tanto, embasamo-nos em Guimarães (2003), o qual compreende que:

A nomeação é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome [...] A designação é o que considero a significação de um nome enquanto sua relação com outros nomes e com o mundo recortado historicamente pelo nome. A designação não é algo abstrato, mas linguístico e histórico. Ou seja, é uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real (p. 53).

Guimarães entende a nomeação como o ato de nomear, de dar nome a algo ou a alguma coisa, enquanto que a designação estaria vinculada à questão da relação desse nome com o mundo, com outros nomes, à significação que possui, estando ligado não somente ao linguístico, mas também ao histórico.

Nesse sentido, podemos pensar a relação entre a nomeação e designação. Conforme Petri (2010), a primeira – nomeação – representa sentidos vinculados ao oficial, ao nome propriamente dito, enquanto que a segunda – designação - vincula-se à produção de sentidos sobre esse nome, sendo que é pelo funcionamento da memória, como afirma a autora, que o nome irá ganhar outro estatuto, o da designação. Há, pois, o funcionamento da memória e da história na construção desses sentidos. Designar implica, assim, por em funcionamento “o interdiscurso, enquanto memória, e não [apenas] um referente específico que relaciona a palavra à coisa” (GUIMARÃES, s.d).

Ao tratarmos dessas designações, a partir do jornal, devemos levar em consideração que o mesmo visa a estabilizar sentidos, ele produz o que chamamos de memória de arquivo. Desse modo, há um embate entre a memória discursiva, que é estruturada pelo esquecimento e a memória de arquivo, a que visa estabilizar os sentidos. Por memória de arquivo, entendemos que:

[...] é a memória intitucionalizada. No arquivo o dizer é documento, atestação de sentidos, efeito de relação de forças. Se no interdiscurso há o que se deve dizer, o que se pode dizer e mesmo a possibilidade de se dizer o irrealizado, o arquivo repousa sobre o realizado, menos sobre o que se pode dizer e mais sobre o que deve ser dito. No arquivo há um efeito de fechamento, de saturação, de completude [...] Enquanto arquivo, a memória

tem a forma de instituição. O dizer nessa relação é relativamente curto, datado. Reduz-se ao contexto, à situação da época, ao pragmático. Enquanto interdiscurso, a memória é historicidade, a relação com a exterioridade alarga, abre para o outro sentido, dispersa, põe em movimento (ORLANDI, 2016, p.172).

Nessa primeira reportagem, observamos que há três nomeações. Primeiro utiliza-se o termo “brasileiros”, depois estes são nomeados como “filhos”, e, por fim, constituem-se como “cidadãos”. São nomeações diferentes, porém a designação destas nomeações, considerando as condições de produção desse discurso, remetem a uma mesma rede de significação.

Partindo da definição presente no dicionário para essas nomeações, temos o seguinte:

Brasileiro – Adj. 1. De, ou pertencente ou relativo ao Brasil. S.m. 2. O natural ou habitante do Brasil. [Sin. (nessas acepç.): brasiliano, brasiliense, brasilense, brasílio].

Filho – S.m. 1. Indivíduo do sexo masculino, em relação aos pais. 2. Descendente. 3. Aquele ou aquilo que é oriundo, originário, natural (de alguma terra, região, etc.) 4. Aquilo que se origina, resulta, procede, é procedência. 5 Homem, em relação a Deus, ao estabelecimento onde foi educado, e a quem o educou. 6. Expressão de carinho.

Cidadão – S.m. 1. Indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado, ou no desempenho de seus deveres para com este. 2. Habitante da cidade. 3. Pop. Indivíduo, homem, sujeito (FERREIRA, 2009).

Ao refletirmos a respeito das nomeações “Brasileiros”, “Filhos” e “Cidadãos”, entendemos que a primeira nomeação, “Brasileiros”, não condiz com os sentidos tal como apresenta-nos o dicionário. O recorte, de início, sugere-nos que “Brasileiros” é o coletivo, ou seja, todos aqueles “pertencentes ou relativos ao Brasil”, ou “naturais do Brasil/habitando neste”. Contudo, ao delimitar a condição desse brasileiro, cria-se um imaginário do que é ser brasileiro, restringindo-o, uma vez que todos aqueles que “não mantêm a ordem, os caminhos livres à democracia, que não trabalham, não estudam e não pensam no progresso coletivo”, acabam não se configurando como “brasileiros”.

Em relação à nomeação “Filhos”, compreendemos que, ao nomear “Brasileiros” como sendo “Filhos”, como mostra-nos o seguinte recorte: “Não há **nação** no mundo que ofereça a **seus filhos** tão formidáveis possibilidades de progredir e de melhorar de vida” (negritos nossos), há uma aproximação maior, a constituição de vínculos de maior afetividade, proximidade, parentesco, não é mais apenas “brasileiro”, é “filho desta terra”, terra que lhe oferece condições de

progresso, de melhora de vida e oportunidades.

Por último, evidenciamos a nomeação “cidadão”, que é definido pelo dicionário como “aquele que possui o gozo de direitos civis e políticos de um Estado” e também “deveres para com este”, é um sujeito do Estado democrático. Entretanto, podemos observar que o “cidadão”, em nosso recorte, possui deveres, mas não direitos, ou seja, ele deve trabalhar, estudar, progredir para tornar-se “cidadão”, o trabalho torna-o em cidadão e não o gozo de seus direitos enquanto tal. Compreendemos isso através dos seguintes trechos: “Basta que **cada cidadão procure trabalhar, estudar e progredir** visando o bem da coletividade” e “A terra maravilhosa do Brasil, com seus imensos recursos e as fantásticas oportunidades de **trabalho digno** que o progresso do país já oferece, asseguram a cada cidadão um horizonte permanente de constante melhoria de vida e de Bem-estar para sua família” (negritos nossos). É retratado um cidadão que se constitui como cidadão pelo seu trabalho, e é, por meio deste, que garantirá o progresso de seu país, de sua família e melhores condições de vida.

Tendo em vista as nomeações e designações abordadas por meio da reportagem “Brasileiros”, partimos para a segunda reportagem a ser analisada: “O Povo e a Revolução”. Buscamos compreender, além das nomeações e designações, as regularidades discursivas e/ou deslizamentos entre ambas. A segunda reportagem data do ano de 1966 e refere-se ao terceiro ano de instauração da ditadura.

Em nossa segunda reportagem “O Povo e a Revolução”, observamos que há outras nomeações em relação à reportagem anterior. Aqui, brasileiro aparece especificando povo: “povo brasileiro”. Também, o título “O Povo e Revolução”, já de início, produz efeitos de sentidos, pois joga com a ligação entre a ideia de “povo” e a ideia de “revolução”, o que vemos articulado através do uso da conjunção aditiva “e”, ou seja, há uma união entre povo e revolução. Entretanto, qual(is) o(s) sentido(s) de “Povo” neste recorte, e o(s) de “Revolução”?

Ao abordarmos essa questão, é necessário destacarmos que “O Povo e a Revolução” insere-se na seção do jornal intitulada “Coluna Militar”, logo, podemos dizer que serão utilizadas determinadas palavras, partindo da posição-sujeito militar, a saber, daqueles que, junto com o denominado “povo” estavam “construindo” a conjuntura de ações que desencadearam na ditadura, utilizando-se da nomeação “Revolução”.

Por meio da utilização de “Revolução” nesse recorte, entendemos que essa

não é feita de maneira aleatória, mas vem carregada de sentidos que se significam no recorte em questão. Implica afirmarmos que as ações e as forças desencadeadoras da ditadura são caracterizadas por muitos de seus dirigentes e apoiadores à época, não como uma intervenção militar, uma simples “tomada de poder”, porém como uma “limpeza”, algo mais profundo, uma “transformação”. Reis (2005) destaca que: “os homens do Comando Superior falavam em nome de uma revolução, querendo explicitar a perspectiva de que não tinham promovido uma intervenção de caráter passageiro, mas algo mais profundo” (p.36).

Dessa maneira, compreendemos que o uso de “Revolução”, ao invés de “Intervenção Militar”, vincula-se a uma rede de significação que vai ao encontro da utilização das expressões “transformar”, “mudar”, “realizar limpeza”, como apresenta a reportagem.

Além disso, na construção desse discurso, há paralelamente o uso de “Povo”, que seriam aqueles que, juntamente, construíram e consolidaram março de 1964. Entretanto, “povo”, assim como brasileiros, filhos e cidadão da reportagem anterior, não representa o todo, a coletividade dos brasileiros, mas nos sugere alguns referentes em específico. De maneira a melhor explicitar isso, retomamos Indursky (2013) a qual afirma, em seus estudos, que povo como entidade global não existe, podendo ser registrado para esse item gramatical uma grande amplitude referencial. Portanto, com base na autora, compreendemos que, para a designação “povo”, podemos ter uma amplitude de referentes. Diante disso, partimos de três categorizações para a nomeação ‘Povo’: POVO 1, vinculado à sociedade civil (os que apoiaram a revolução); POVO 2, vinculado às Forças Armadas + Sociedade Civil, e NÃO-POVO, vinculado a uma dita “minoría” (que seriam, no jornal, aqueles que não apoiaram a Revolução).

Nesse sentido, ao lançarmos um olhar analítico para nosso recorte, observamos que primeiramente é apresentada a categoria POVO 1, a qual é nomeada e designada, no seguinte recorte, por “povo brasileiro”: “O **povo brasileiro**, entre os povos de origem latina, é o mais **calmo e pacífico, desejoso sempre de um sistema de vida nos moldes do atual**” (negritos nossos).

Observamos, nesse primeiro recorte, que povo não se constitui como um povo qualquer, ele vem especificado: é o povo brasileiro. Contudo, esse povo não é apenas o “povo brasileiro”, é também aquele que é o mais pacífico, o mais calmo, ou seja, aqueles que são os mais tranquilos e estáveis. Há toda uma construção para o

quem seria o “povo brasileiro”.

Até este ponto podemos considerar a noção de povo no recorte como uma imagem que se tem por brasileiro, de seus cidadãos, pensando-o em sua coletividade, entretanto, quando coloca-se que povo brasileiro é “desejoso sempre de um sistema de vida nos moldes do atual”, produzem-se alguns sentidos. Compreendemos que povo já não é mais a coletividade, mas é um “povo brasileiro” que deseja um sistema de vida como o atual, é o POVO 1, pois, ao especificar que é desejoso de tal sistema, entendemos que se identifica com ele, o apoia, inscrevendo todos aqueles que ofereceram apoio à “Revolução”, a março de 1964.

Observamos ainda que, ao categorizar povo brasileiro na reportagem, há o funcionamento da memória discursiva, há um já-dito que retorna, e que irá construir um imaginário que faz ressoar a ideia de cordialidade do brasileiro, de bondade, tranquilidade, visto que “o povo brasileiro é o mais calmo e pacífico”. Scherer e Taschetto (2005), com base em Pêcheux, afirmam que a memória não irá restituir frases escutadas do passado, e sim julgamentos de verossimilhança sobre o que é reconstituído pelas operações de paráfrases. Logo, são já ditos, anteriores, que irão retornar, sendo que é pelo já-dito, pela repetição, que o discurso e os sentidos irão constituir-se.

Em continuidade, em relação à primeira categoria, POVO 1, destaca-se que este “sempre manifestou ser habilidoso, trabalhador e honesto”, ou seja, é um povo que trabalha, que não tem preguiça de buscar seu sustento, que é honesto no que faz e que também é habilidoso. Porém, como podemos compreender pelo referente, nem todos são considerados “povo brasileiro”, a coletividade, porque este povo brasileiro (POVO 1) é aquele povo que “não se preocupou em intervir nos problemas alheios, procurou sempre resolver os seus problemas por si próprio, **sem chegar a lançar mão da luta fratricida**” (negritos nossos).

Entendemos, para tanto, que se exclui de “povo” aqueles que lançaram mão da “luta fratricida”, que “derramaram sangue” e que foram levados por “doutrina exótica”, conforme apresenta o recorte a seguir: “e se houve, no passado, **derramamento de sangue** irmão foi por **culpa exclusiva de uma minoria** que, impensadamente, agiu levada por uma **doutrina exótica incompatível**, sendo esta prontamente debelada” (negritos nossos). Representa-se em “minorias” o que não é considerado parte integrante de povo, é a categoria que denominamos de “NÃO-POVO”, aqueles que não se constituem nem em POVO 1 e nem POVO 2.

Ainda em relação a POVO 1, indo mais além em nossa análise, temos a seguinte afirmação: “A Revolução, antes de tudo, pertence ao povo que cansado, exausto, ansiando por melhores dias dela lançou mão”. Neste momento, entendemos que POVO 1 auxiliou na construção da conjuntura de março de 1964, porque a Revolução pertence a este, ele a estava construindo. POVO 1 estava “antepondo-se ao estado calamitoso que fatalmente o levaria ao caos”, sendo que “como consequência obteve a tranquilidade necessária para atingir seus objetivos através do trabalho profícuo, ordenado e honesto”. Buscou atingir sempre seus objetivos “pelo trabalho, pela honestidade, pela ordem”, pois, como analisado anteriormente, o povo brasileiro é entendido como “trabalhador, habilidoso, honesto”.

Em nossa reportagem, além da categoria até o momento mencionada, temos a presença de outra – POVO 2 – que se constitui como a união entre sociedade civil, apoiadora da “Revolução”, e as Forças Armadas, os militares, “revolucionários”. Explicitamos melhor tal categoria com a apresentação do seguinte recorte: “**As Forças Armadas, que também é povo** visto que seus integrantes provêm desta **massa heterogênia**, independente de cor, religião ou camada social, depois de burilados, preparados, disciplinados, constituindo **um todo homogêneo** com missão específica prevista na nossa Constituição, em consonância com sua atuação histórica, coube o papel de, também realizá-la e consolidá-la” (negritos nossos).

Ao representar-se como parte da massa heterogênea, as Forças Armadas incluem-se como povo nesse fragmento, como parte integrante dele, “constituindo um todo homogêneo”. É interessante analisarmos que ressoam sentidos vinculados à vida, às normas militares, ao quartel, em “burilados, preparados, disciplinados, com missão específica”. Entendemos as Forças Armadas, com base em Althusser (1987), como um AIE (Aparelho Ideológico do Estado), que funciona simultaneamente pela ideologia, mas também como um ARE (Aparelho Repressivo do Estado), que está funcionando massivamente pela violência, dado o contexto a que estamos nos referindo, a ditadura civil-militar brasileira.

Para tanto, há uma ideologia dominante, que detêm o poder – militares – os quais regulamentam os dizeres, controlam, manipulam, dissimulam de acordo com a posição em que estão inseridos, categorizando-se e intitulando-se como “povo”, formando o que entendemos por POVO 2, de maneira a unir forças e legitimar o conjunto de ações praticadas pela ditadura.

Essa configuração do que estamos entendendo como POVO 2 está reforçada

no trecho seguinte: “[...] foi com este intento que **nós, o povo brasileiro**, fizemos a Revolução de 31 de Março de 1964, por um Brasil melhor, por um Brasil livre, por um Brasil que em breves anos se projetará definitivamente no cenário mundial, mostrando ao mundo que com a aguda e a vontade do povo o Brasil prosseguirá na destinação histórica que **Deus** lhe reservou”. Observamos que a “Revolução” foi feita por POVO 2, e, ao referir-se a POVO 2, coloca-se que as ações foram desencadeadas com vistas a “um Brasil melhor”, “um Brasil livre”, que “se projetará definitivamente no cenário mundial”, que “prosseguirá na destinação histórica que Deus lhe reservou”.

Objetivou-se, conforme Indursky (2013), construir a imagem de que a “Revolução” foi algo positivo, ou seja, constituída por atos democráticos, em uma tentativa de ir ao encontro daquilo que almeja a opinião pública, em que liberdade, democracia, desenvolvimento são aspectos positivos: “um Brasil livre”, “um Brasil que se projetará no cenário mundial”, “um Brasil melhor”

Também, verificamos a ancoragem na religião para buscar legitimar o discurso em análise: “na destinação histórica que Deus lhe reservou”, tendo em vista o fato de que a maior parte da população brasileira é cristã. O uso do elemento religioso é muito forte, pois, através dele, busca-se validar ações de um período repressivo, atitudes estas que não condizem com os preceitos e ensinamentos do cristianismo.

Ao longo da reportagem analisada, observamos que se intercala POVO 1 e POVO 2, sendo que é possível identificar, primeiramente, o uso de povo na categoria POVO 1, e, após, na categoria POVO 2. Ao repetir “povo” inúmeras vezes na reportagem, entendemos que outras nomeações irão constituindo-se, no entanto essas recobrem os mesmos sentidos a partir de um efeito parafrástico. Para Orlandi (2015), a paráfrase é compreendida como o retorno aos mesmos espaços de dizer, em que são produzidas diferentes formulações de um mesmo dizer sedimentado. Ela configura-se, pois, como a matriz do sentido, visto que o sentido não se constitui sem repetição e sem sustentação no saber discursivo.

Assim, repete-se “povo”, até que “povo” é nomeado no recorte através de outra formulação: “Irmãos”, como identificamos no seguinte trecho: “Por todos êstes motivos é que nós, irmãos brasileiros, civis e militares, formamos juntos, marchamos juntos na mesma direção, procurando colocar o Brasil no seu devido lugar, no conceito das nações livres do continente [...]”.

De início, “irmãos” nos sugere uma ruptura, produzindo outros sentidos, todavia, ao analisarmos o sentido de “povo” e de “irmãos” no dicionário, evidenciamos que:

Povo – S.m. 1. Conjunto de indivíduos que falam a mesma língua, têm costumes e hábitos idênticos, afinidade de interesses, uma história e tradições comuns.

Irmão – S.m. 1. Filho do mesmo pai e da mesma mãe, ou só do mesmo pai (irmão consanguíneo) ou só da mesma mãe (irmão uterino), em relação a outro(s) filho(s). 2. Membro de confraria ou de irmandade (FERREIRA, 2009)

Há uma ligação entre a ideia de “povo” e “irmãos”. Primeiramente, irmãos vem especificado: civis e militares, ou seja, esse povo brasileiro, que reúne sociedade civil e militar é também “irmão”. Entretanto, além disso, povo e irmão unem-se porque possuem em comum a característica da afetividade, materializada na “afinidade de interesses”, “na irmandade”. O vínculo afetivo os unifica, de modo que são um povo e irmãos, pelos interesses em comum, por costumes similares, tradições e crenças.

Tendo em vista isso, entendemos que a repetição nesse discurso objetiva institucionalizar sentidos, estabilizá-los, a fim de que, ao repetir povo, e também nomeá-lo de irmãos, constrói-se um imaginário de união, de um povo/irmão que é motivado por interesses em comum, que é pacífico, que sempre buscou o melhor para seu país, e construiu com suas forças a “Revolução de Março de 1964”.

A partir de nossas reflexões, com base nos trabalhos de Indursky (2013), constituímos uma grade referencial para os referentes observados com suas respectivas nomeações e designações:

GRADE REFERENCIAL 1	
POVO 1	<p>“O povo brasileiro, entre os países de origem latina, é o mais calmo e pacífico, desejoso sempre de um sistema de vida nos moldes do atual”</p> <p>“Sempre manifestou ser habilidoso, trabalhador e honesto”</p> <p>“No seu trabalho diuturno à busca do necessário sustento, não se preocupou em intervir nos problemas alheios, procurou sempre resolver seus problemas por si próprio, sem chegar a lançar mão da lutra fraticida”</p> <p>“A Revolução, antes de tudo, pertence ao povo, que cansado, exausto, ansiando por melhores dias, dela lançou mão, antepondo-se ao estado calamitoso que fatalmente o levaria ao caos”</p>
POVO 2	<p>“As Fôrças Armadas, que também é povo, visto que seus integrantes provêm desta massa heterogênia, independente de côr, religião ou camada social, depois de burilados, preparados, disciplinados, constituindo um todo homogêneo com missão específica prevista na Constituição, em consonância com sua atuação histórica, coube o papel de, também realizá-la e consolidá-la”.</p> <p>“Nós, o povo brasileiro, fizemos a Revolução de 31 de Março de 1964, por um Brasil melhor, por um Brasil livre, por um Brasil que em breves anos se projetará definitivamente no cenário mundial, mostrando ao mundo que com a aguda vontade do povo o Brasil prosseguirá na destinação histórica que Deus lhe reservou”.</p>
NÃO-POVO	<p>“E se houve, no passado, derramamento de sangue irmão foi por culpa exclusiva de uma minoria que, impensadamente, agiu levada por doutrina exótica incompatível, sendo esta ação prontamente debelada”</p>
IRMÃOS	<p>“Por todos estes motivos é que nós, irmãos brasileiros, civis e militares, formamos juntos, marchamos juntos na mesma direção, procurando colocar o Brasil no seu devido lugar, no conceito das nações livres do continente”</p>

Quadro 1 - Grade Referencial: Nomeações e Designações

Fonte: Autoria própria

3.2 A NOMEAÇÃO DO CONTRÁRIO: GESTOS INTERPRETATIVOS

Ao refletirmos sobre as nomeações “brasileiros”, “filhos”, “cidadãos”, “povo” e “irmãos” nas reportagens anteriores, foi possível observar que é construído um imaginário sobre o que seria “ser brasileiro” à época da ditadura militar, bem como também sobre o próprio período em questão. Na primeira reportagem, “Brasileiros”, de 1964, observamos que há a construção de um ideal do que é ser brasileiro/cidadão, conforme a ótica do regime, ou seja, esse brasileiro está ainda sendo construído, já na reportagem de 1966, “O Povo e a Revolução”, evidenciamos que esse brasileiro almejado já está posto, já foi estabelecido como tal.

Podemos compreender, desse modo, que, na produção de sentidos no/pelo discurso, um jogo de forças de poder se constitui, colocando em oposição a ideologia do dominante vs ideologia do dominado. Entretanto, por tratar-se, especificamente, de reportagens de jornais, entendemos que circularam saberes vinculados à ideologia dominante, visto ser o jornal um AIE (AIE imprensa), tal como nos propõe Althusser (1987).

Nesse sentido, ao analisarmos as reportagens, além de observar o modo como o jornal/reportagens veiculam saberes vinculados à ideologia dominante, interessa-nos compreender também a maneira como o “outro”, o “contrário”, é representado nesse meio, visto que, nas reportagens analisadas até o momento, este é pouco abordado, sendo nomeado apenas como “comunistas”, como uma “minoridade”, de “ação nefasta”, que foi “responsável” por derramar sangue e lançar mão de luta fratricida, guiado por uma “doutrina exótica incompatível”. Buscamos explorar, através de outras reportagens, esse “outro”, o qual se busca combater.

Assim, com base nos trabalhos de Indursky (2013), pensamos discursivamente o “contrário”, a quem se quer silenciar e, colocando-nos em posição de escuta a esses sentidos que circulam sobre esse “outro”, selecionamos a seguinte reportagem para análise: Notas Militares (1964).

Ao nos propormos lançar um olhar analítico para a representação desse contrário no discurso, citamos Indursky (2013) que afirma, em seus estudos, duas possibilidades de representação para o outro:

A primeira apresenta um outro que acata plenamente todas as decisões tomadas pela revolução, condição necessária para ser enquadrado como cidadão. A segunda representa um outro desprovido de qualquer traço positivo de caráter. Ele é, na melhor das hipóteses, um *adversário da revolução* e um *inimigo do regime* (p.145).

A primeira possibilidade de representação do outro, apresentada pela autora, pode ser observada em nosso primeiro bloco de análise, que apresenta um “outro almejado”, que deve seguir condições para tornar-se “cidadão”, e que, quando as segue, torna-se parte de “povo”, acatando, então, as decisões da “revolução” e sendo um cidadão desse país.

Entretanto, a segunda possibilidade de representação apresenta um outro ao qual não se almeja, que não acata as decisões ditadas pelo regime e que não possui qualquer traço positivo em seu caráter. É um outro que é adverso, e é nesta categoria que podemos enquadrar o “outro” que aqui está sendo tratado.

Em nossa reportagem, “Notas Militares” (1964), observamos que há a construção de um imaginário sobre o contrário, desqualificando-o em nome daqueles que estavam no poder. O título da reportagem, de início, já nos sugere algumas reflexões: são notas militares, portanto, esclarecimentos e recomendações oficiais, que visam instituir não somente a ordem, mas também estabelecer “justificativas” para o conjunto de ações desenvolvidas pelo regime, de modo a desvencilhar-se desse outro adverso.

Nossa reportagem é constituída por oito notas militares, porém, levando em consideração nosso objetivo, que é de compreender a construção de sentidos sobre o contrário, selecionamos para a análise as notas um, dois, três, quatro e sete.

Ao lançarmos um olhar analítico a partir das notas selecionadas, compreendemos melhor a circulação de sentidos sobre esse outro, “inimigo” do regime. Na nota nº 1, começa-se construindo a imagem positiva do Brasil, convidando os leitores para a “redemocratização do país”: “Cooperemos para a redemocratização do país. O Brasil é um colosso, um gigante”. Identificamos que qualidades que são dadas ao país: é um colosso, é um gigante, porém um gigante que precisa ser redemocratizado, pois algo o incomodava: “ele estava sendo destruído pelos **traidores da Pátria, manecomunados com agentes do comunismo internacional**”. Além do mais, ordena que os indivíduos denunciem esses “traidores”: “Denunciemos os **comunistas e agitadores** às autoridades para que sejam eliminados de nossos convívios”.

Evidenciamos, igualmente, que as acusações aos “traidores” da pátria, são realizadas em nome da “democracia” em **“Vivam nossas liberdades democráticas”** ou seja, o regime utiliza-se desse termo para tentar justificar e, até mesmo, validar suas acusações e suas ações, passando uma falsa imagem democrática. Pensando a respeito disso, citamos Indursky (2013) que, em seu trabalho, a respeito do discurso presidencial militar, reflete que:

No discurso presidencial da República Militar Brasileira, de um modo geral, é construída a imagem de um presidente democrata, que acredita no jogo democrático e em suas instituições, razão pela qual está investido de compromissos e deveres cívicos. Essa imagem representa o desejo de ir ao encontro do imaginário de boa parte da opinião pública para qual o presidente deve ser um democrata. Esses procedimentos indicam a busca de autenticidade para o regime. Sendo o presidente um democrata, o poder é legítimo porque exercido com base nas instituições democráticas e emanado da vontade do povo. Vale dizer, portanto, que essa autorrepresentação consiste na construção de um simulacro a partir da imagem que o sujeito de D1 supõe ser a imagem que a opinião pública constroi de presidente (p.69).

Dessa maneira, assim como no discurso presidencial militar, em nosso recorte, analisamos o funcionamento da construção dessa imagem, de um simulacro como afirma a autora, em que se busca um efeito de semelhança, entretanto esta é infinitamente afrouxada, interiorizando uma dissimilitude. Busca-se passar a imagem de um regime democrático, de um comprometimento com as instituições democráticas, mas que não o é e que se faz unicamente pelo desejo de ir ao encontro de boa parte da opinião pública, para a qual a democracia é algo positivo, representa direitos e a soberania do povo, sua vontade.

Refletindo a respeito do uso do termo “democracia”, com o objetivo de validar um discurso autoritário e impositivo, entendemos que nessa reportagem (recorte), assim como nas reportagens do bloco anterior, três pilares são utilizados para buscar legitimar esses discursos: a democracia, a religião e o trabalho. A democracia, pois representa a soberania popular, a vontade do povo e os direitos; a religião, porque significa a fé, as crenças das pessoas e o trabalho, que é um modo de “dignificar” o homem. Apela-se para esses três elementos, com vistas a passar uma imagem que vá ao encontro do imaginário público: um governo democrata, que aposta na religião e no valor do trabalho do ser humano, porém que, em si mesmo, nada representa esses três.

Em continuidade, na construção da imagem do contrário, em nossa

reportagem, destacamos, na nota nº dois, a seguinte afirmação: “o **Plano Comunista era aumentar as dificuldades, aumentar as nossas nobrezas, aumentar os nossos sofrimentos, até que o povo estivesse pronto para estourar**. Ai então qualquer situação serviria de estopim para fazer explodir a revolução vermelha e o assalto ao poder.” (negritos nossos)

Constrói-se uma imagem negativa do que seria o comunismo, de que este sistema aumenta as dificuldades, faz o povo sofrer, é algo ruim, além disso, com a possibilidade de que “assaltasse o poder”, o tomasse. Também, nesse recorte, são nomeados como “pragas”: “**Na confusão quem toma conta são os comunistas. Libertamo-nos dessa praga**” (negritos nossos).

Esses dizeres a respeito do comunismo fazem ressoar uma memória discursiva, a qual, no compreender de Orlandi (2016), diz respeito ao saber discursivo, ou seja, ao fato de que todo nosso dizer se produz sobre o já-dito, sendo que todo dizer é um gesto de interpretação, uma posição, dentre outras. Para que as palavras façam sentido é preciso que elas já signifiquem, que se produzam em uma memória discursiva, nós falamos palavras que já fazem sentido.

Assim, esse saber discursivo sobre a noção de “comunismo” como algo negativo, como confusão, sofrimento, dificuldade retorna no discurso, uma vez que é um saber que (já) faz sentido, já significa, fazendo circular uma ideia negativa de que os indivíduos ditos “comunistas” são “pragas”, “agitadores”, “traidores”, provocam a desordem, a confusão, a dificuldade, são a “revolução vermelha”.

De maneira a melhor materializar esses já-ditos, esses saberes anteriores, cito Mariani (1996) que, em seu trabalho, reflete sobre o comunismo imaginário na/da imprensa sobre o PCB (1922-1989), trazendo notícias que circularam na imprensa sobre o comunismo, dentre elas, a notícia do jornal “O Paiz”³ no ano de 1930, na qual observamos a construção negativa da imagem sobre o comunismo, sobre a qual, a autora afirma que:

Aqui, em O Paiz, o comunismo é o que supostamente se passa com os bolcheviques. Comunismo representa o oposto de família, pátria, religião, liberdade, etc. Portanto, ser comunista ou simpatizante do Partido é ir contra

³ Segundo Mariani (1996, p. 48), “[...] O comunismo é o roubo da propriedade, a dissolução da família, a servidão do povo, a destruição da Pátria. Não há religião, não há lar, não há nação dentro dos princípios, das doutrinas e das práticas do bolchevismo. A ideia de Deus desaparece. A ideia de Pátria não existe. A ideia de propriedade é um crime. A ideia de família é uma desonra. A ideia de liberdade é um crime [...] (O Paiz, 31/05/30, p.1, Manchete: O cabecilha revolucionário Carlos Prestes aderiu ao bolchevismo e apresentou manifesto aos seus correligionários)”.

os princípios supostos como “naturais” e inquestionáveis. Um comunista, de acordo com essa lógica, representa um desviante de uma trajetória social “normal” (p.48).

Esses saberes que circularam anteriormente, como é essa notícia de 1930, por exemplo, irão retornar em notícias de jornais de 1964, analisadas nas reportagens do jornal “O Cerro Largo”, e ressoam ainda em nossos dias atuais, produzindo sentidos e (re) significando-se.

Posto isso, além das construções até o momento abordadas sobre a representação/nomeação do contrário, observamos que, nas próximas notas (três, quatro e sete), continua-se a circulação de sentidos negativos sobre o comunismo. Na nota nº 3, no entanto, não evidenciamos propriamente o termo “comunismo” ou os sinônimos construídos para ele, mas produzimos algumas considerações. O recorte é o seguinte: **“Graças à atuação pronta, planejada e decisiva das Forças Armadas, que representa os anseios de todos os brasileiros, vivemos hoje um clima de paz, tranquilidade e trabalho, Sãoluisense, Cêrro-larguense, Guaraniense, colabore com as autoridades para a consolidação do regime democrático”** (negritos nossos).

Entendemos, a partir desse recorte, que, se à época se vivia em clima de “paz, tranquilidade e trabalho”, é porque houve anteriormente luta, guerra, conflito e insegurança, ou seja, compreendemos que existia um “inimigo” a ser combatido, a que diga-se de passagem, os “comunistas”.

Na nota nº 4 e nº 7, mais alguns sentidos associados ao comunismo são construídos, os quais explicitamos nos recortes que seguem: **“Livramo-nos do perigo comunista que vem infelicitando tantos povos que foram subjugados pela mistificação, pelo engôrdo, pela mentira, pela corrupção e pelo desvario do poder”** (nota nº 4, negritos nossos); **“Pensavam os agentes da desordem, da mistificação e da corrupção que o Brasil seria prêsa facil do comunismo internacional”** (nota nº 7, negritos nossos).

Comunismo aqui representa mistificação, engano, mentira, corrupção. Os comunistas são representados como “agentes da desordem, da mistificação e da corrupção”, são aqueles que procuram perturbar a ordem e os “princípios” do país. É um inimigo que o regime objetivou combater, para que não propagasse seus ideais, sua idelogia.

Esse inimigo era um outro “imaginário”, que era generalizado sob o rótulo de

“comunista”, entretanto nem todos que eram oposição à época se filiavam ao comunismo. Poderíamos pensar ainda que a ideia desse sistema em nosso país era/é algo mais utópico que real.

Tendo em vista o explicitado, compreendemos que a construção do imaginário de um outro, comunista, adverso, “traidor” ressoou sentidos no discurso dos/nos jornais, assim como, atualmente, irá retornar sob a forma de pré-construído e se (re) significar.

4 CONCLUSÃO

A partir das análises desenvolvidas, compreendemos que o jornal “O Cerro Largo” funcionou como um AIE, o qual colocou em funcionamento a ideologia dominante da época. Por meio de recortes do referido jornal, observamos a construção de um imaginário na/da/sobre a ditadura militar, bem como a institucionalização de sentidos sobre a “Revolução”, suas forças de apoio e sobre um “outro contrário”, “inimigo”.

Identificamos, nesse sentido, a construção de um “ideal de brasileiro”, sobretudo, no recorte “Brasileiros”, de 1964, e categorias de nomeações, nos recortes “O Povo e a Revolução”, de 1966, e “Notas militares”, de 1964, as quais nos apresentam referentes que constituem dizeres e saberes vinculados às forças de apoio e de oposição.

Além disso, destacamos que o jornal atuou como espaço de estabilização de sentidos, constituindo uma memória de arquivo, a qual institucionalizou dizeres vinculados ao período. Face ao funcionamento de tal memória, podemos compreender igualmente sentidos outros, efeito da memória discursiva, a qual é estruturada pelo esquecimento e está na base do dizer, fazendo com o que o dizer esteja ancorado em já-ditos que irão retornar e (re) significar-se no/pelo discurso dos jornais.

Entendemos, portanto, que há uma exterioridade constitutiva que afeta o discurso no/do jornal, a qual constitui uma historicidade que produz sentidos, sentidos esses que ressoam e retornam atualmente em nossa sociedade por meio de dizeres associados à ordem, à família, ao trabalho, ao progresso, como forma de “combate” a um inimigo “invisível”, “imaginário”. A conjuntura de ações é (re) afirmada em nome da pátria e de uma falsa ilusão de “liberdade”.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.
- ALVES, M. H. M. **Estado e oposição no Brasil (1964-84)**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- ARAÚJO, M. P., SILVA, I. P. da, SANTOS, D. dos R. (Orgs.). **Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.
- COURTINE, J. **Análise do discurso político** – o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EDUFScar, 2009.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 4 ed. Curitiba: Ed. Positivo, 2009.
- FERREIRA, M. C. L. O caráter singular da língua no discurso. **Organon**, Porto Alegre, v. 17, n. 35, p. 189-200, 2003.
- GUIMARÃES, E. Designação e espaço de enunciação: um escrito político no cotidiano. **Letras**, Santa Maria, n. 26, p.53-62, 2003.
- _____. Textualidade e enunciação. **Escritos**. nº 2: Ver e Dizer. Campinas, SP: UNICAMP, p.03-12. S.d.
- INDURSKY, F. Lula lá: estrutura e acontecimento. **Organon**, Porto Alegre, v. 17, n. 35, p.101-121, 2003.
- _____. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- MARIANI, B. S. C. **O comunismo imaginário**: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989). Tese (Doutorado em Letras) - Curso de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 256p. 1996.
- MARIANI, B. S. C. Discurso e Instituição: A Imprensa. **Rua**, Campinas, v. 05, p.47-62, 1999.
- ORLANDI, E. P. **Discurso e Texto**: Formulação e Circulação dos Sentidos. 4. ed. Campinas: Pontes, 2012.
- _____. **Análise de Discurso**: Princípios e Procedimentos. 12. ed. Campinas : 2015.
- _____. **Discurso em análise**: Sujeito, sentido e ideologia. 3. ed. Pontes : 2016.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.
- PETRI, V. De “garaganta do diabo” para “ponte sobre o vale do menino Deus”: reflexões acerca das práticas sociais e dos modos de designar o espaço público. **Rua**, Unicamp, v.16, p. 66-82, 2010.
- REIS, D. A. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 3. Ed. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editora, 2005.
- RODEGHERO, C. S. Regime Militar e Oposição. In: GERTZ, René (Org) **História Geral do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Méritos, vol. 4, 2007.
- SCHERER, A. E.; TASCHETTO, T. R. O papel da memória ou a memória do papel de Pêcheux para os estudos linguístico-discursivos. **Estudos da Língua(gem)**. Vitória da Conquista, v. 01, p.119-13, 2005.
- SCHNEIDERS, C. **Serafim da Silva Neto**: entre a constituição e a circunção do conhecimento linguístico. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria. 218p. 2014.
- SCHMIDT, B.B. **Adufrgs 25 anos**: história e memórias. Porto Alegre: Adufrgs, 2004.